

QUAL É A GRAÇA DA LEI?



Conteúdo

- Aula 1 – O propósito da Lei**
- Aula 2 – A Lei a Aliança**
- Aula 3 – Até quando a Lei valeu?**
- Aula 4 – A Lei como reflexo do caráter de Deus**
- Aula 5 – Leis do cotidiano - Êxodo**
- Aula 6 – Leis do cotidiano - Levítico**
- Aula 7 – Leis do cotidiano - Números**
- Aula 8 – Leis do cotidiano - Deuteronômio**

Marcos Senghi Soares

- 2022 -

Aula 8 – Leis sobre o cotidiano

DEUTERONÔMIO

Escrito para a segunda geração, que está prestes a possuir a Terra Prometida, Deuteronômio naturalmente terá repetição de diversas leis, acrescentadas de comentários ou exemplos de como aplicá-las. Traz também a especificação de regulamentos que só fariam sentido quando estivessem na terra – não mais vagando pelo deserto. Algumas das que aparecem neste livro já foram citadas anteriormente, conforme aparecem nos outros livros do Pentateuco.

Focaremos neste estudo nas leis referentes ao cotidiano do povo.

1. O Shemá (Deuteronômio 6:1-9)

Este capítulo é considerado a base confessional do judeu. É a sua declaração de fé. A ordenança contida nesses versículos diz respeito a inculcar estes princípios e preceitos aos filhos e netos, de forma a perpetuar a fé no Eterno a todas as gerações. Objetivamente, a ordem é que os pais se responsabilizem, criando situações para reafirmar constantemente que amar ao Senhor sobre todas as coisas é a coisa mais importante e valiosa que uma criança precisa aprender, o quanto mais cedo for possível.

2. Falsos profetas, idolatria e feitiçaria (Deuteronômio 13; 14:1,2; 16:21-17:7; 18:9-22)

- Qualquer pessoa que surgisse pregando adoração a outro deus ou profetizando em nome de alguma divindade pagã precisava ser imediatamente denunciado e morto. Este não era um conselho, mas uma lei como todas as outras.
- A lei deixa claro que mesmo (ou talvez até especialmente) no caso de ser o falso profeta alguém íntimo, a pessoa deveria ser a primeira a denunciar e apoiar a execução.
- Se uma cidade se juntasse na apostasia idólatra, deveria ser destruída totalmente.
- Ao lado da falsa doutrina e da idolatria, estavam as práticas ocultistas comuns no mundo dos cananeus pagãos, que deveriam merecer a máxima repulsa por parte dos israelitas.

Observe que a lei não era apenas civil ou social, mas espiritual. Regia a vida e o relacionamento do povo com Deus e não fazia distinção entre esse relacionamento e os outros aspectos da vida. Tudo fazia parte do mesmo sistema chamado “VIDA”. Também, em Deuteronômio (às portas da Terra Prometida) a ênfase recai sobre a questão da fidelidade do culto exclusivo a Jeová e a consequente ojeriza e rejeição a todo e qualquer tipo de divindade ou culto pagãos.

3. Rituais pelos mortos (Deuteronômio 14:1, 2)

Ligada ao item anterior, são expressamente proibidas as participações em rituais em honra (e culto) aos mortos, praticados pelos povos cananeus.

4. Juízes e suas funções (Deuteronômio 16:18-20; 17:8-13)

O sistema judiciário deveria ser:

- Democratizado e acessível a todos
- Justo e livre de subornos
- Balizado pela Lei justa e santa
- Casos mais complicados deveriam ser levados aos sacerdotes de plantão no Tabernáculo – que funcionariam como um Superior Tribunal e julgados diante do Senhor.

A aplicação da justiça tinha se ser percebida por todos. Não deveria haver espaço nem para a impunidade nem para o abuso de autoridade. A regra era clara e estava nas mãos de todos. O certo e o errado estavam definidos. Não estavam na cabeça do juiz, mas no texto da Lei.



5. O rei (Deuteronômio 17:14-20)

Quando a Lei de Moisés foi promulgada, ainda não havia a figura do rei. Prevendo essa instituição, que só viria no tempo de Samuel, o Senhor já estabeleceu as regras para a monarquia. Embora eles quisessem um rei como os outros povos (v.14), sendo um povo especial, seu rei deveria seguir critérios especiais.

- Tinha de ser israelita (não podia ser estrangeiro).
- Não deveria comprar muitos cavalos, especialmente no Egito.
- Não deveria casar-se ou possuir muitas mulheres.
- Não deveria acumular muita riqueza.
- Precisava ter uma cópia pessoal da Lei de Deus sempre à mão, e lê-la diariamente.

6. Direito à ampla defesa (Deuteronômio 19:14-21)

- Ninguém podia ser condenado em Israel baseado em denúncia de uma única pessoa.
- Caso uma testemunha levantasse uma mentira contra alguém, uma vez provada a inocência do acusado, o mentiroso receberia a punição que pretendia conseguir contra sua vítima.
- Tal dispositivo inibiria a tentativa de incriminação irresponsável.

7. Lei de guerra (Deuteronômio 20; 21:10-14)

- O primeiro ato antes de entrar numa guerra era ouvir a voz de confiança do sacerdote, que reafirmaria a proteção e a companhia de Deus na batalha
- Os oficiais passariam em revista à tropa, dispensando os recém-casados ou noivos, os que tinham acabado de construir sua casa ou os que estivessem simplesmente com medo.
- Os despojos poderiam ser tomados de acordo com a situação da cidade. Algumas deveriam ser totalmente destruídas, outras podiam ser saqueadas totalmente (incluindo mulheres e crianças)

Esta lei serviu principalmente para as campanhas sob o comando de Josué, mas seriam aplicadas também depois que o povo já estivesse em posse da terra, já que Israel continuaria num mundo real, onde guerras eram comuns. Ao contrário, porém, das outras nações, as guerras de Israel eram, de fato, do Senhor. Então, as regras eram estabelecidas por Ele, não pelo costume ou pelos interesses do povo.

8. Investigação de homicídio (Deuteronômio 21:1-9)

A morte de pessoa encontrada morta no campo ou fora do perímetro urbano seria investigada pela cidade mais próxima de onde fora encontrada.

- Uma novilha nova teria o pescoço quebrado em um vale não arado, à beira de um riacho ou curso d'água
- Os líderes da cidade deveriam lavar as mãos em cima da novilha morta para afirmar que estavam inocentes ou não sabiam nada sobre aquele corpo. Isso faria a propiciação (cobertura) daquele sangue derramado.

Todo crime deveria ser investigado em Israel. O sangue derramado é um vilipêndio à imagem de Deus. Fere a terra e exige respostas. O Senhor é sempre o maior defensor da vida. Ele nunca se omite para defendê-la.

9. Leis sobre casamento e família (Deuteronômio 21:10-21; 22:13-30; 24:1-4)

- Exceto no caso de mulheres canaanitas (que não deveriam ser tomadas por esposas), era permitido que alguma mulher de um povo vencido por Israel se tornasse mulher de alguém (Deuteronômio 21:10-14). Se ele a repudiasse posteriormente, não podia vendê-la como escrava.
- **Defesa dos filhos de uma mulher preterida.** Em caso de poligamia, a lei protegia o direito do filho mais velho, mesmo que fosse de uma mulher não amada da mesma forma pelo marido. A predileção não poderia respingar nos filhos. A porção dobrada devida ao primogênito precisava ser respeitada (21:15-17).



- **Filhos rebeldes** eram considerados e tratados como se fossem assassinos dos pais. A rebeldia era intolerável e punida com execução por apedrejamento (21:18-21).
- **A prova da virgindade** (22:13-21) – mais uma vez, embora aparentemente seja uma lei que expõe e ridiculariza a mulher, ao contrário, esta lei dava a ela a chance de se defender judicialmente de uma acusação infundada.
- **Sexo fora do casamento**
 - Nas relações consentidas, o adultério se ambos fossem casados, ou fornicação, sendo uma ou ambas as partes solteiras (21:22-24). Nesse caso, a pena era a morte.
 - Caso a moça fosse forçada, somente o homem seria punido (22:25-29)
 - Um homem não podia possuir a mulher de seu pai (22:30)
- **Divórcio** (24:1-5) – a carta de divórcio foi concedida, segundo Cristo, por causa da dureza do coração do homem. Não era o propósito de Deus, mas vem para regulamentar uma prática que se tornara abusiva e expunha a mulher repudiada a uma vida de abandono. Ao restringir as razões do divórcio à infidelidade conjugal, a Lei garantia que, nos outros casos, a mulher repudiada podia encontrar abrigo em um novo relacionamento ou mesmo voltar para a casa dos pais.
- **Lei do levirato** (25:5-10) – ligado à questão da permanência da herança, uma viúva sem filhos precisava casar com o cunhado para levantar descendência para o marido. Isso prejudicava a divisão da herança do cunhado (que agora teria mais filhos para dividir as propriedades), daí muitos se recusarem a cumprir esta obrigação.

Novamente se observa o cuidado para manter a dignidade, a honra, o respeito, a justiça e a hierarquia entre as pessoas. Essa preocupação começava pelas relações familiares. A família, embora diferente em vários aspectos da família do Novo Testamento, tinha de ser preservada. Todas as leis visavam à sua proteção e manutenção.

10. Leis sobre o cotidiano (Deuteronômio 21 a 25)

- **Execuções (Deuteronômio 21:22, 23)** – um corpo não deveria permanecer exposto após ser executado. A maldição e a punição, uma vez aplicada, não dava direito a exposição desnecessária.
- **Animais perdidos ou feridos (22:1-4)** – uma pessoa deveria fazer aquilo que gostaria que outros fizessem, caso seu próprio animal se perdesse ou se machucasse. Fazer o bem era um dever, não uma virtude rara. Era a atitude normal que todos deveriam ter, visando o bem comum.
- **Uso de roupa de homem em mulher (22:5)** – muito provavelmente uma referência ao travestismo, usado em cultos canaanitas a divindades pagãs.
- **Cuidado com a natureza (22:6,7)** – o povo de Deus deveria preservar a criação e não se utilizar dela de forma predatória. Embora a natureza foi feita para servir o homem, e não o contrário, também é verdade que o ser humano deve cuidar dela e manter seu equilíbrio.
- **Segurança nas construções (22:8)** – seguindo a linha das responsabilidades individuais e o zelo pelo bem-estar e segurança de terceiros, era dever de cada um construir com segurança para evitar acidentes.
- **Misturas proibidas (22:9-11)** – na mesma categoria das leis sobre animais puros e impuros, aparentemente não há razões científicas para estas proibições. Possivelmente, elas indicam a necessidade de santidade (separação), acima de tudo. Talvez tenham a ver com costumes ou rituais pagãos.
- **Participação na assembleia (23:1-8)** – mutilados, bastardos e inimigos históricos de Israel não seriam aceitos nas reuniões solenes do povo em suas celebrações e sacrifícios. Esta lei alinha-se àquelas sobre pureza e impureza e devem ser interpretadas sob o princípio de que a presença de Deus exigia um padrão de perfeição acima de média.
- **Higiene do acampamento (23:9-14)** – há uma evidente (embora quase surpreendente) relação entre cuidados pessoais, como asseio e limpeza, com espiritualidade e a presença de Deus. O homem é um ser integral. Corpo, alma e espírito formam uma pessoa, e todas as áreas de sua vida devem estar limpas.



- **Escravos fugitivos de outros povos (23:15-16)** – lembrando de onde eles tinham vindo, os israelitas não deveriam devolver escravos que fugissem, pedindo asilo entre eles.
- **Prostituição (23:17-18)** – a prática de prostituição cultural, comum entre os cananeus, além da imoralidade em si, estava sempre ligada à idolatria e práticas ocultistas
- **Juros (23:19-20)** – a ciranda financeira é colocada, na lei, ao lado da prostituição cultural! Ambas as práticas eram igualmente abomináveis aos olhos de Deus.
- **Alimentação emergencial (23:24-25)** – as pessoas que estivessem famintas tinham o direito de se alimentar, eventualmente, em campos cultivados e produtivos. Havia, porém, os limites do bom senso: a pessoa só podia matar a fome. Não podia levar consigo ou saquear a propriedade alheia.
- **Dispensa militar para recém-casados (24:5)** – mais uma preocupação humanitária. Como havia risco de morte na guerra, o Senhor queria dar a oportunidade de que a esposa tivesse um tempo com o marido, num período de lua de mel.
- **Garantias de empréstimo (24:6; 10-13)** – lei humanitária, para garantir à pessoa em dificuldade financeira a possibilidade de se reerguer e quitar seus débitos. Já vimos como a lei responsabilizava as pessoas por seus erros e por prejuízos causados a terceiros, mas também garantia a dignidade e a chance de acertar sua vida.
- **Sequestro (24:7)** – o cerceamento à liberdade era um crime contra a vida, por isso a pena era capital.
- **Lepra (24:8-9)** – reafirmação da lei sobre as doenças de pele, amplamente explicado em Levítico 13 e 14.
- **Proteção ao pobre, estrangeiro, órfãos e viúvas (24:14-22)** – não haveria nação mais socialmente justa do que aquela que seguisse essas normas de cuidado social. Embora, como já enfatizado, a lei responsabilizava cada um por seus atos, ela também reconhece que as razões que levam à pobreza não são, em todos os casos, responsabilidade do pobre. Há outros fatores. Em qualquer caso, um israelita precisava ter um olhar de compaixão àqueles que estivessem em situação de vulnerabilidade social.
- **Brigas e suas punições (25:1-3; 11-12)** – os desentendimentos que chegassem às vias de fato só aconteceriam se as leis não fossem respeitadas. Não havia brecha para a injustiça. Fazer justiça com as próprias mãos não só era desnecessário, como proibido. Os juízes tinham a prerrogativa de intervir, julgar e punir (inclusive com castigo físico) aqueles que não se submetessem à ordem social e à paz. Golpes baixos eram punidos com rigor.
- **Tratamento a animais (25:4)** – embora os animais servem ao homem e não o contrário, não há motivo algum para justificar a crueldade contra eles. Isso também era proibido.
- **Pesos justos (25:13-16)** – a honestidade comercial gera justiça social e equidade. Negociar de forma fraudulenta enriquece alguns não pelo trabalho, mas pela opressão. O Senhor detesta quem faz essas coisas.

